

ACESSIBILIDADE NOS CENTROS URBANOS, INCLUSÃO DE TODOS.

ANTONIETTI, Sthefannie Monique.¹
SIMONI, Tainã Lopes.²

RESUMO

Segundo Souza (2010), a acessibilidade, é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. A acessibilidade é um direito de todos, e que faz com que as pessoas se sintam excluídas assim se sentimos impedidos de agir e se locomover no meio social. O espaços, as edificações o mobiliário, os equipamentos urbanos são elementos que precisam ser alcançados acionados, utilizados e vivenciados por todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, mobilidade reduzida, equipamentos urbanos, locomoção, espaços.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Almeida, Giacomini e Bortoluzzi (2013), a forma como as cidades são planejadas, e a forma que ela toma com o passar do tempo, devido o aumento da população, causam um enorme impacto na vida das pessoas, assim causando grandes problemas para a população. Com a globalização, informatização, aumento de veículos e da população, ocorrem a realocação de atividades de comércio e serviços para as partes periféricas da cidade devido o seu rápido crescimento, assim acaba em um disputa do espaço urbano entre veículos e pessoas, um cenário onde o conceito de acessibilidade desempenha papel fundamental para que haja igualdade social, indiferentemente de suas necessidades e características, possam utilizar o espaço da melhor maneira, o mais confortável e seguro possível.

Segundo o mesmo autor acima , precisando de algumas soluções para amenizar este impacto gerado pelo desenvolvimento. Mesmo não sendo tão fácil é possível aos poucos transformar nossas cidades em lugares melhores de se viver, com fácil acesso, segurança e sustentabilidade. O objetivo seria ajudar na conscientização das pessoas sobre o assunto, na busca de soluções possíveis para que possamos mudar esta realidade. Buscando sempre o conceito de acessibilidade desempenha papel

¹Acessibilidade nos centros urbanos, inclusão de todos. E-mail: Sthefannie2@hotmail.com

²Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário FAG (2007), especialista em Projeto Arquitetônico: gestão e sustentabilidade pela Universidade Paranaense - UNIPAR (2015). Professora responsável pelo estágio de Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: tai_lopes@hotmail.com

fundamental para a promoção da igualdade social, para que todas utilizem os espaços públicos de igual maneira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o ministério da justiça (1998), as cidades são locais onde há uma troca de convívio humano, sendo espaços onde habitam, trabalham e circulam pessoas com diversas necessidades, portanto são espaços que devem ser acessíveis. Porém ainda há muito espaços que exclui pessoas portadoras de deficiências onde a mesma acontece um despreparo desses locais relacionados à oferta de condições de acesso para as pessoas com dificuldade de locomoção.

Segundo Shebalj e Kruger, a acessibilidade é uma forma de facilitar a aproximação das pessoas nos locais com o objetivo de ir e vir de qualquer cidadão, pois assim todos têm o direito a utilização dos espaços da cidade, das construções privadas e públicas, também ao transporte público sendo livre de qualquer obstáculo que nos limite, com toda autonomia e segurança.

Segundo o ministério da justiça (1998), o município atua como protagonista no programa de acessibilidade pois eles apresentam reflexos das condições socioculturais da população assim como as práticas político-econômicas e aspectos físicos e regionais. Pois as barreiras arquitetônicas e urbanísticas são resultantes da paisagem geográfica, vocação natural, origem de implantação das cidades e heranças culturais, assim as soluções pensadas para a supressão das barreiras em acessibilidade devem refletir os limites naturais e preconcebido no território. Em função disto a implantação do desenho universal é um meio de adequar os espaços das cidades às diversas necessidades em acessibilidade, procurando adaptar-se às características municipais.

2.3 O desenho universal.

Segundo o ministério da justiça (1998), o desenho universal é uma prática onde não significa mover barreiras, mais cuidar para que elas não viessem a existir, é um planejamento que não exclua ninguém, é um assunto complexo porém requer um conjunto de necessidades especiais e diferenciadas das pessoas portadoras de deficiência e que requer cuidado com cada detalhe. O conceito seria um desenho que é livre de barreiras, ele não abrange apenas portadores de

deficiência, levando em consideração as diversas diferenças existentes entre as pessoas, buscando garantir acessibilidade a todos os componentes do ambiente e a todos os produtos concebidos no decorrer do processo projetual.

Para Schwarz e Haber (2009), o Desenho Universal, foi criado para adequar produtos e serviços de forma mais ampliada para facilitar sua utilização por crianças, pessoas com restrições de mobilidade, respeitando assim, a diversidade humana e promovendo a inclusão de todos nos espaços de convivência social.

Segundo ABNT, assim temos a norma de acessibilidade é estabelecer critérios e parâmetros técnicos considerados diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente. Pois todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta norma para serem considerados acessíveis.

2.1.1. Mobilidade urbana

Segundo Almeida, Giacomini e Bortoluzzi (2013), a mobilidade urbana pode ser compreendida como a facilidade de deslocamento das pessoas na cidade, com as vias e toda a infraestrutura urbana. Uma cidade que possui uma boa mobilidade urbana é a que proporciona às pessoas deslocamento confortável e seguro num tempo razoável. Ao se caminhar pelas ruas das cidades, o que se observa é a presença de vias e espaços públicos totalmente desprovidos de meios de acessibilidades assim as pessoas apresentam que alguma limitação de movimento não consegue acessá-los.

Segundo o mesmo autor acima, analisando isso as pessoas só vão exigir cidades melhores de fato, assim quando elas souberem como e quão melhores as cidade podem ser. Pois para conseguir mudarmos as cidades é preciso mudar primeiramente o conceito das pessoas sobre conforto, bem-estar e sustentabilidade que também é um estilo de vida. Posteriormente é necessário planejar novamente a cidade, começando a se perguntar que tipo de cidade queremos para nós.

3. METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido, segue a linha de pesquisa bibliográfica, com base em material já publicado. Segundo Gil (2010, p.29), esse tipo de pesquisa se dá através de “material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. ”. Marconi e Lakatos (2013, p.57), afirmam que a utilização de meios de comunicação orais e áudio visuais também são válidos. Essa revisão bibliográfica, propicia não apenas uma repetição das informações retiradas, mas também permite um novo enfoque sobre o tema, servindo assim de fundamentação teórica para o trabalho.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Com o presente trabalho tem em vista de que em todos os ambientes desde casas, comércios, centros urbanos dentre outros, necessitamos de acessibilidade para todos, assim havendo essa inclusão social uma forma de facilitar a todas as pessoas com necessidades especiais. Precisamos conhecer as necessidades tendo em vista de que precisamos se conscientizar para criar ambientes sem barreiras para que todos possam acessar os mais diversos locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Prado, Lopes e Ornstein (2010), conclui-se de que a acessibilidade trata de da possibilidade de participação dos indivíduos nas atividades cotidianas, sejam essas necessárias ou desejáveis. Assim preconiza a necessidade de espaços inclusivos e objetos adaptados que possam ser utilizados por todos, independente de habilidades físicas, idade ou condição socio-econômicas.

Segundo o Ministério da justiça (1998) Assim as condições de acesso aos equipamentos e os serviços urbanos seria como um resultado do planejamento urbano definindo as áreas da cidade sobre a influência das demandas do mercado. Tendo em vista a valorização dos espaços urbanos sob uma ótica econômica sempre colocando em evidência o grau de acessibilidade nas áreas da cidade onde é imposto e transcende, por muitas vezes às barreiras urbanísticas, arquitetônicas e sociais locais.

REFERÊNCIAS

ABNT 2004. NBR 9050, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, E.P. GIACOMINI, L.B. BORTOLUZZI, M.G. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana**. 2º seminário nacional de construções sustentáveis, Passo Fundo-Rs, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Município e acessibilidade. Coordenador Sérgio Rodrigues Bahia, IBAM/ DUMA, Rio de Janeiro, 1998.

PRADO, A.R.A. LOPES, M.E. ORNSTEIN, M.E.L.S. **Desenho universal, caminhos da acessibilidade no Brasil**. Editora Annablume, São Paulo, 2010.

SCHWARZ, A. HABER, J. **Desenho universal, arquitetura para todos 2013**. Disponível em: <<http://www.brasilparatodos.com.br/desenhouniversal.php>>. Acesso em 01/11/2016.

SHEBALJ, V.L.C.C. KRUGER, J. Acessibilidade, série de cadernos técnicos da Agenda Parlamentar. CREA-PR, 2009/2011.

SOUZA, A.C.S. **O que é acessibilidade?**. Revista portal de divulgação, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/viewFile/37/37>>. Acesso em 30/11/2016.